

ENSAIO

**José Marques de
Melo**

Jornalista, Diretor da
Cátedra UNESCO de
Comunicação, Doutor
e Livre-Docente em
Ciências da Comuni-
cação, pela USP, São
Paulo. É líder do grupo
de pesquisa PENSA-
-COM/ BRASIL Pensa-
mento Comunicacional
Brasileiro, pela UME-
SP e pesquisador do grupo
Pensamento Comunica-
cional Latino-Americano,
pela UNESP. É docente
do pro-grama de Pós
Graduação em Comuni-
cação da UME-SP, São
Bernardo do Campo, SP,
Brasil. Email: marquesme-
lo@uol.com.br. Currículo
Lattes: [http://lattes.cnpq.
br/4271609139942812](http://lattes.cnpq.br/4271609139942812).

Os processos comunicacionais na historiografia brasileira

Communication processes in Brazilian historiography

Los procesos de comunicación en la historiografía brasileña

RESUMO

Defasadas no tempo, as relações entre Comunicação e História têm se intensificado no espaço contemporâneo, denotando variações contextuais. No caso brasileiro, a indução motivada pela vanguarda acadêmica tem gerado conhecimento mosaico, demandando interpretação holística e comparação focada.

Palavras-chave: Comunicação. História. Brasil. São Paulo. Século XX.

ABSTRACT

Lagged in time, the relationship between communication and history has increased in the contemporary space, denoting contextual variations. In the case of Brazil, the induction driven by the academic forefront has generated mosaic knowledge, thus demanding a holistic interpretation and a focused comparison.

Keywords: Communication. History. Brazil. São Paulo. 20th Century.

RESUMEN

Desfasada en el tiempo, la relación entre la comunicación y la historia se ha intensificado en el espacio contemporáneo, denotando variaciones contextuales. En el caso brasileño, la inducción impulsada por la vanguardia académica ha generado conocimiento mosaico, exigiendo interpretación holística y comparación centrada.

Palabras clave: Comunicación. Historia. Brasil. São Paulo. Siglo XX.

Comunicação, processo histórico

O papel da comunicação na história constitui preocupação muito recente, agendado apenas na segunda metade do século XX. Aliás, tem sido escasso o interesse dos historiadores pelas variáveis de natureza cultural as transformações estruturais da sociedade. Predominaram em sua “escrita”, durante muito tempo, os fatores políticos, secundados pelos econômicos e, finalmente, as variáveis socioculturais. É o que explica Peter Burke:

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. [...] A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado: em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional. [...] Embora outros tipos de história [...] não fossem totalmente excluídos [...], eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos. [...] Por outro lado, a nova história começou por se interessar por virtualmente toda a atividade humana. (BURKE, 1992, p. 10-11).

A historiografia brasileira reflete essa tendência imobilista. Na revisão teórico-metodológica que fez da História do Brasil, Rodrigues (1969a) menciona o apego da historiografia brasileira às tradições, representando sociedade arcaica. Não espanta que a primeira reflexão sistemática sobre a questão co-

municacional tenha sido esboçada por Leôncio Basbaum¹ no livro *História e consciência social* (1967). O autor reconhece sua importância na configuração da História. Consequente da ação cotidiana do homem nos grupos primários, trata-se de fenômeno gerador da consciência social.

A História é precisamente o resultado da atividade social humana, continuada e conseqüente, a que se denomina *práxis*. [...] A característica da vida humana reside no fato de que o homem está sempre *tomando decisões e transformando-as em atos*. Através desses atos – ou ações – manifestação suprema da vida consciente, o homem ergue civilizações e faz a História. (BASBAUM, 1967, p. 15).

Robustecendo a tese a respeito da comunicação nesse processo, ele argumenta:

No decurso de sua História, desde o seu aparecimento na Terra, os homens tiveram de entrar em relações uns com os outros, movidos por dois imperativos: em primeiro lugar o instinto básico de sobrevivência e, a seguir, o instinto gregário. [...] O que nos interessa [...], pois, inicialmente, no estudo da interação humana são as várias formas de relações que os homens criariam entre si, no decurso de sua vida social, as formas como agem uns sobre os outros ou como buscam entender-se para sobreviver. (BASBAUM, 1967, p. 79)

Complementa, anotando:

A História se nos apresenta como um produto indireto mas imediato da ação humana social. *Indireto*, porque o homem ao agir faz a História inconscientemente; *imediato*, porque toda sua ação resulta em História. (BASBAUM, 1967, p. 191, grifos nossos).

¹ Político e historiador marxista, é autor do clássico *História sincera da república*, edição original de 1957.

Fundada na ideia motriz da *cooperação*, a comunicação funciona, nesse processo, como instrumento do equilíbrio, permitindo o entendimento entre os homens, ou seja, neutralizando o poderio das forças contraditórias para assegurar a *coexistência*.

Reafirmando a ideia da "existência humana solidificada através da *cooperação*" (MARQUES DE MELO, 1970, p. 20), aquele Basbaum proclama:

Não fosse o sentimento de comunicação, ideológica e afetiva, os homens se teriam devorado uns aos outros na luta pela vida. (1967, p. 82).

Trata-se de uma concepção da História evidentemente ancorada no legado marxista. Adam Schaff explica didaticamente: trabalho, pensamento e comunicação constituem o tripé da evolução social.

O trabalho humano é inseparavelmente ligado à consciência, isto é, ao pensamento, que por sua vez é, geneticamente, inseparavelmente ligado à fala. [...] O trabalho humano é baseado na *cooperação*, a qual é impossível sem o pensar em termos de idéias e sem comunicação. Essa é a dialética da influência mútua, que possibilita explicar-se o processo de comunicação sem recorrer a milagres da metafísica. (SCHAFF, 1968, p. 154).

Se a comunicação, na perspectiva marxista, é intrínseca ao processo de humanização, ela adquire dimensão extrínseca na visão braudeliana. Como produto de seu trabalho, o homem cria artefatos comunicacionais que passam a desempenhar o papel de alavancas civilizatórias.

Retomando essa linha de análise, Virgílio Noya Pinto situa a questão na atualidade, privilegiando o

comportamento da juventude. Ele aponta a “revolução das comunicações” como vetor das mudanças radicais ensejadas e enfrentadas pelo homem contemporâneo.

Um trabalho nesse campo poderá mostrar, numa retrospectiva, a hipertrofia do espaço geográfico com relação ao homem e as etapas sucessivas de sua contração ante o avanço das técnicas de comunicação. No reverso da medalha, a pulverização do homem em culturas isoladas e o movimento de ruptura das barreiras cuja tendência é fazer surgir o *homem universal*, similar na sua forma de pensar, de vestir, de se alimentar, de se comportar. (NOYA PINTO, 1967, p. 181, grifo nosso).

Na sequência, o historiador da Universidade de São Paulo (USP) procura aterrissar no universo brasileiro, tendo como elementos norteadores o *tempo*, o *espaço* e a *técnica*.

A relação entre espaço geográfico e a evolução do homem é inerente, porém o que se observa é que, nesta interrelação, cada vez mais o homem se liberta das limitações impostas pelo espaço. Essa libertação se faz exatamente através do emprego da técnica. Com a técnica, o binômio tempo-espaço vem deixando de ser obstáculo em função das comunicações e o conjunto das relações dos homens e das sociedades vem se modificando rapidamente. (NOYA PINTO, 1970, p. 3).

Mais adiante, ele reforçaria seu argumento, introduzindo a noção de *cultura*:

O homem, como todo animal, está sujeito às necessidades do meio, que têm de ser atendidas para que os indivíduos possam sobreviver e procriar. Para tanto, ele desenvolve um ambiente secundário, artificial. Este

ambiente nada mais é do que a cultura. (NOYA PINTO, 1986, p. 5-6).

Depois, faz uma correlação entre todas as variáveis para formular seu projeto *brasileiro* de “história das comunicações”:

Podemos definir a comunicação como o conjunto das relações dos homens entre si, das formas de expressão das quais se serve do emprego de técnicas. [...] Para uma análise da história das comunicações do Brasil é preciso considerar as transformações pelas quais, aos poucos, o espaço foi vencido – ou ainda não – como barreira nas relações dos homens entre si. (NOYA PINTO, 1986, p. 7-8).

Finalmente, ele adota o ponto de vista de Lucien Febvre, parceiro de Braudel na *École des Annales*, virando as costas ao passado para tecer a história:

Sempre parto dos problemas da atualidade para pensar na História, no seu desfiar, no seu presente. [...] Quanto mais estudo a História, quanto mais percorro esse processo do homem, mais tenho certeza de que há um substrato humano que não se modifica, que é uma permanência. Amor, ódio, vingança, nobreza, fidelidade etc. são coisas que ressaltam a origem. Ou seja, é um substrato que não se modifica ao longo da História. (NOYA PINTO, 1997, p. 15).

A variável *comunicação* figura, nesse processo, como artifício usado pelo homem para recompor sua imagem perante a história sempre que ocorrem mudanças na estrutura da sociedade.

Os períodos históricos têm mostrado que o homem vai refazendo sua própria maneira de olhar-se. [...] Há mo-

mentos em que ocorre uma espécie de libertação, de frouxidão dos costumes, [...] e, ao mesmo tempo, a reação a eles, provocando [...] períodos puritanos. (NOYA PINTO, 1997, p. 15).

Daí a “metamorfose” operada pela humanidade sempre que surgem novas ideias, produzindo novas invenções, como a imprensa, a fotografia, o cinema e a televisão.

Há uma evidente preocupação com o registro do tempo que se vive. Isso me faz pensar que a sociedade está sempre buscando algo capaz de registrar o seu processo histórico. (NOYA PINTO, 1997, p. 21).

Espaço, fator decisivo

O entendimento das relações entre espaço e comunicação pressupõe a compreensão de dois fenômenos históricos: o processo de ocupação do solo e o fluxo migratório.

Para desvendar o primeiro aspecto, Aziz N. Ab'Saber (1968, p. 55-71) oferece um mapa elucidativo das características geográficas nacionais devidamente situado no quadro do sistema colonial aqui engendrado pelos portugueses.

Fonte complementar é, sem dúvida, o conjunto de ensaios organizado por Sergio Buarque de Holanda (1968) sobre nossa expansão territorial, entre eles os ensaios escritos sobre a ocupação do vale amazônico (Arthur César Ferreira Reis), as bandeiras como empreendimento expansionista no Sudeste (Myriam Ellis), as monções como movimento de alargamento das nossas fronteiras em direção ao sul, incluindo a Colônia do Sacramento (Sergio Buarque de Holanda) e o papel da guerra dos emboabas na exploração aurífera das Minas Gerais (Odilon Nogueira de Matos).

O segundo fator, ou seja, o fluxo das migrações internas, decorre, menos das condições ecológicas, e mais de fatores socioeconômicos. Avulta aqui o papel desempenhado pela comunicação, seja no aspecto físico (pois as vias artificiais quebraram as barreiras do espaço geográfico), mas, principalmente, no aspecto cognitivo (pelos canais de informação que superam o tempo no conhecimento das novidades), atraindo os migrantes de uma parte para outra do território nacional (CAMARGO, 1968, p. 115).

A descrição dos "caminhos antigos" que determinaram os principais focos de povoamento no período colonial foi esboçada com maestria por Capistrano de Abreu (1930).

O historiador cearense traça o quadro das penetrações, mostrando os seus motivos e os seus roteiros, as razões por que alguns geraram focos de povoamento, enquanto outros deixaram apenas o conhecimento de zonas percorridas. (SODRÉ, 1973, p. 93).

Sergio Buarque de Holanda (1957) anotou certos detalhes do processo de interiorização, sobretudo dos contatos que geraram padrões de conduta entre população adventícia e natural. Contudo, para elucidar o impacto geoeconômico desse processo de povoamento, é indispensável recorrer à interpretação de Caio Prado Junior (1942), que descarta a hipótese do determinismo geográfico, evidenciando a prevalência dos interesses da metrópole imperial em vários momentos históricos.

Chamando atenção para a originalidade de Caio Prado Junior, que percebeu o imperativo exógeno de alimentar o comércio europeu como variável decisiva na relação espaço-comunicação no Brasil, Dante Moreira Leite explica:

A nossa economia não estava dirigida para as necessidades do mercado interno, mas para as exigências do mercado europeu. Isso determina o tipo de exploração do solo e de organização da produção [...] bem como as pequenas proporções da economia de subsistência, isto é, destinada ao consumo dos colonos. (MOREIRA LEITE, 1969, p. 151).

Manuel Diegues Junior (1971) reforça essa tese, demonstrando que o Brasil desenvolveu-se como “arquipélago cultural”, composto por “ilhas” incomunicadas, eventualmente mantendo relações via litoral. Daí a necessidade de encurtar as distâncias, criando alternativas de intercâmbio intelectual.

Fonte preciosa para compreender historicamente a complexidade da comunicação física em nosso país é o livro de Mário Travassos – *Introdução à geografia das comunicações brasileiras* (1942). O panorama contemporâneo foi descrito e analisado exhaustivamente por Hervé Henry e Neli Aparecida de Mello – *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território* (2005).

Fonte histórica

Se não reconheciam teoricamente a comunicação como fator interveniente no processo histórico, os historiadores brasileiros adotavam também postura metodológica que recusava até mesmo os meios de comunicação de massa como fonte historiográfica.

Ignoravam ou resistiam às ousadas teses de historiadores como o canadense Harol Innis, que defendia em seu clássico livro *Empire and communications* (1972) o papel determinante dos meios de comunicação no desenvolvimento de civilizações imperiais como Egito, Grécia e Roma.

Algumas exceções figuram nesse panorama ortodoxo, como Caio Prado Junior e Sergio Buarque de Holanda, referidos anteriormente. O primeiro compreendeu o potencial civilizatório da cidade de São Paulo, justamente por ser o centro do “sistema hidrográfico da região” (PRADO JUNIOR, 1942). O segundo resgatou a “cartografia indígena” para entender o significado dos “caminhos e veredas” que marcaram a fisionomia expansionista da sociedade bandeirante (BUARQUE DE HOLANDA, 1957).

Nem mesmo a difusão das ideias de Innis, feita, nos anos 1970, por seu discípulo Marshall McLuhan, sensibilizaria a comunidade historiográfica.

Na segunda edição de seu livro *A pesquisa histórica no Brasil* (1969a) e terceira edição do livro *Teoria da história do Brasil*, Rodrigues (1969b) mostra as razões que predisõem os historiadores contra o uso das mensagens disseminadas pelas empresas de comunicação como fontes de pesquisa. Mas ele próprio recomenda seu uso, desde que o pesquisador esteja munido de referencial crítico para sua seleção, indicando um conjunto de jornais, revistas e obras literárias, inclusive autobiografias e relatos de viagem, suscetíveis de aproveitamento histórico.

Precursor nesse terreno foi, sem dúvida, Gilberto Freyre, que dinamizou, a partir de 1922, a pesquisa de história social, recorrendo à imprensa do século XIX para escrever sua tese de pós-graduação *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, defendida na Columbia University, somente traduzida e difundida no Brasil em 1964 (FREYRE, 1964). Posteriormente, toda a obra de Freyre fundamentou-se na imprensa da época como fonte fidedigna (MARQUES DE MELO, 1972, p. 31-46)

A assimilação dessa fonte só se daria lentamente, como, aliás, reconhece Tania Regina de Luca (2006), em seu ensaio *História dos, nos e por meio dos periódicos*.

Papel decisivo nessa ruptura foi desempenhado por Ana Maria Camargo, cuja tese de doutorado realizada em 1976 com o título *A imprensa periódica como Instrumento de trabalho*, endossou o uso da imprensa como fonte de pesquisa.

Contudo, a mudança do panorama só se daria quando, nos anos 80 e 90 do século passado, ganha legitimidade no Brasil a plataforma da História Nova francesa, cujas inovações metodológicas haviam sido testadas pela École des Annales desde a década de 1830 (LUCA, 2006, p. 112).

História midiocêntrica

Enquanto a comunidade historiográfica repensava seus paradigmas e sua metodologia, livres-atiradores foram seduzidos pelo desenvolvimento da indústria midiática nacional e escreveram sua história segmentada. O inventário exaustivo dessas fontes foi realizado pela equipe do Programa Nacional de Microfilmagem dos Periódicos Brasileiros, sob a liderança de Esther Bertoletti (1985, p. 341-429).

Deixando de lado os historiadores que revisaram a história de nossa imprensa no fim do século XIX e começo do século XX, objeto de meu livro *História do pensamento comunicacional* (MARQUES DE MELO, 2003), vale a pena destacar aqueles autores que trouxeram contribuições relevantes para o campo comunicacional no período pós-guerra.

Dentre eles, dois merecem realce pelo pioneirismo midiocêntrico: Hélio Vianna e Carlos Rizzini,

ambos sintomaticamente vinculados às emergentes escolas de comunicação, o primeiro publica em 1945 sua coletânea de monografias *Contribuições à história da imprensa brasileira* e o segundo lança em 1946 seu tratado *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Outras obras assinadas por esses escritores seriam lançadas posteriormente.

A seguir, aparecem três livros do mesmo calibre sobre diferentes meios de comunicação. Um sobre o próprio livro, assinado por Wilson Martins – *A palavra escrita* (1957) – que mais tarde publicaria uma vasta obra sobre a *História da inteligência brasileira*, focalizando principalmente a comunicação literária. Outro, de autoria de Alex Vianny – *Uma introdução ao cinema brasileiro* (1959) –, inspirador de uma vasta bibliografia que Jean Claude Bernardet revisaria criticamente na obra *Historiografia clássica do cinema brasileiro* (1995). O terceiro focaliza a comunicação erudita em vários momentos da vida nacional, principalmente a relação entre autor, obra e público; assinado por Antonio Cândido – *Literatura e sociedade* (1965) – tem valor inquestionável.

Mas a obra emblemática sobre a mídia impressa só apareceria na década posterior, exercendo grande impacto na academia por sua natureza singular, ou seja, fazendo uma interpretação marxista do desenvolvimento dos jornais e revistas no País. A *História da imprensa no Brasil* (SODRÉ, 1966) sobreviveu à morte do autor, alcançando a quarta edição, leitura fundamental em nossos cursos de Comunicação.

Também é da mesma conjuntura o manual elaborado por Juarez Bahia, publicado inicialmente com o título *Três fases da imprensa brasileira* (1960), depois revisado e ampliado sob o título *Jornal: história*

e *técnica* (1990), cuja quarta edição ainda está em circulação, sendo bem acolhido pelo circuito universitário nacional. Na sequência cronológica apareceu a obra da mesma natureza – *História da Comunicação* (1967) – assinada pelo casal Marcello e Cybelle de Ipanema, sem, contudo, lograr reedição.

Vêm servindo como fonte de referência sobre a história das profissões, embora esgotados, alguns livros esquemáticos, descritivos ou simplesmente memorialísticos. O mais abrangente é de autoria de Mauro Almeida – *A comunicação de massa no Brasil* (1971). Na área do radialismo destacam-se os ensaios escritos por Saint-Clair Lopes (*Comunicação, radio-difusão, hoje*, 1970), José Ramos Tinhorão (*Música popular: do gramofone ao rádio e televisão*, 1981) e Mário Ferraz Sampaio (*História do rádio e da televisão no Brasil*, 1984). Os setores de publicidade, propaganda e relações públicas são enriquecidos com as contribuições de Genival Rabelo (*Os tempos heróicos da propaganda*, 1956), Ricardo Ramos (*História da propaganda no Brasil*, 1972), Cândido Teobaldo (*Panorama histórico das relações públicas*, 1972), José Roberto Whitaker Penteado (*A propaganda antiga*, 1974) e Luiz Maranhão Filho (*No tempo do reclame*, 2002).

Nas décadas seguintes, ganham repercussão obras interpretativas, como *O controle da informação no Brasil* (COSTELLA, 1970), cujo autor lançaria depois o manual *Comunicação: do grito ao satélite* (1978), várias vezes reeditado. Também se inclui nesse conjunto a tese de doutorado de José Marques de Melo, publicada originalmente com o título de *Sociologia da imprensa brasileira* (1973), reeditada com o título *História social da imprensa* (2003).

É o mesmo caso dos livros de Paulo Emilio Salles Gomes (*Humberto Mauro, Cataguazes e Cinearte*, 1974), Maria Nazareth Ferreira (*A imprensa operária no Brasil*, 1978), Maria Elvira Federico (*História da Comunicação: rádio e tv no Brasil*, 1982), bem como o ensaio retrospectivo de Sérgio Mattos (*História da Televisão Brasileira*, 2000, 2002).

Desse contingente fazem parte algumas obras sobre a indústria cultural: a de Laurence Hallewell (*O livro no Brasil*, 1985), recentemente lançado em edição atualizada, trata do setor de produção editorial, enquanto o "outro lado" do processo editorial encontra-se coberto pelo ensaio de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (*A formação da leitura no Brasil*, 1996).

Enquanto Boris Kossoy resgata os primórdios da fotografia – *Hércules Florence – 1883: a descoberta isolada da fotografia no Brasil* (1976), Heloíse Costa e Renato Rodrigues da Silva dão conta de sua trajetória na sociedade atual – *A fotografia moderna no Brasil* (2004).

Em *O rádio no Brasil* (2000), Sonia Virginia Moreira faz um inventário crítico de nossa trajetória radiofônica. A obra, publicada inicialmente em 1991, foi revisada, atualizada e editada. Por sua vez, Moacyr Cirne envereda pela *História e crítica dos quadrinhos brasileiros* (1990).

Recentes obras coletivas resgatam a trajetória histórica de campos profissionais ou áreas de interesse, suscitando igual atenção. É o caso da *História da propaganda no Brasil* (1990), organizada por Renato Castelo Branco e outros; de *Leitura, história e história da leitura* (2000), compilado por Márcia Abreu, e do recente e-book sobre a *História das Relações Públicas* (2008), editado por Claudia Moura.

Perfilam nesse território, as obras resultantes do laboratório de história oral liderado por Alzira Alves de Abreu na FGV, dentre elas *A imprensa em transição* (1976), *Eles mudaram a imprensa* (2003) e *Elas ocuparam as redações* (2006).

Um filão que vem seduzindo alguns pesquisadores de tempos em tempos é o da história-denúncia, em certo sentido inaugurado por Fernando Segismundo com o livro *Imprensa brasileira: vultos e problemas* (1962), onde rotula Hipólito da Costa como “jornalista venal”, provocando celeuma patriótica. Alinham-se nessa corrente, os livros de Genival Rabelo (*O capital estrangeiro na imprensa brasileira*, 1966), José Maria Campos (*A tragédia da propaganda no Brasil*, 1983) e Daniel Herz (*A história secreta da Rede Globo*, 1987).

Há também os que privilegiam o reverso do espelho, ou seja, a história como ingrediente da atividade midiática – ou melhor, a história recriada nas páginas dos jornais, nas telas do cinema e congêneres. A obra chave para compreender essa relação assimétrica entre o comunicador (sujeito da produção) e o historiador (figurante ou consultor) foi escrita por Maria Helena Capelato – *Imprensa e história do Brasil* (1988) –, discutindo o jornal como documento, a imprensa oficial, a imprensa contestadora e, naturalmente, também o papel do jornal na História. Pertencem a essa linhagem o livro do brasilianista Mark Curran (*História do Brasil em cordel*, 2001), Boris Kossoy (*Fotografia e história*, 1989), Maria Lourdes Motter (*Ficção e História*, 2001) e Narciso Lobo (*Ficção e política: o Brasil nas minisséries*, 2000).

Tem sido intensa a produção de estudos monográficos, privilegiando episódios, entidades, pessoas ou períodos. Mesmo correndo o risco de omissões, julgo necessário realçar algumas contribuições especiais.

A História da imprensa diversional conta com três estudos especiais: *Folhetim – uma história* (São Paulo, Cia. das Letras, 1996), escrito magnificamente por Marlyse Meyer; *Histórias de cordéis e folhetos* (1999), fruto da laboriosa pesquisa de Márcia Abreu em arquivos brasileiros e portugueses, e *A guerra dos gibis* (2004), narrativa cativante de Gonçalo Junior, desvendando os bastidores da campanha de foi vítima a indústria dos quadrinhos no País, bem como da reação em cadeia provocada pelos empresários do ramo.

Por sua vez, a história da mídia audiovisual registra quatro obras singulares. O rádio está representado pela monografia de Luis Carlos Sartori – *Rádio Nacional, o Brasil em sintonia* (2005). O cinema aparece com destaque no livro em que Maria Rita Galvão faz a *Crônica do Cinema Paulistano* (1975). À televisão corresponde o oportuno estudo de Cristina Brandão sobre *O Grande Teatro Tupi do Rio de Janeiro* (2005). Não poderia faltar a obra representativa da teleducação, de autoria do escritor Samuel Pfromm Neto – *Telas que ensinam* (1998).

O lote mais volumoso refere-se, sem dúvida, ao jornalismo, por razões supervenientes. Seus exemplos variam do ensaio polemizador, como ocorre com os trabalhos assinados por Isabel Lustosa (*Insultos impressos*, 2000) ou por Bernardo Kucinski (*Jornalistas e revolucionários*, 1991), incluindo também estudos contextuais, como os que foram escritos pela equipe local: Carlos Eduardo Lins da Silva compareceu com o ensaio *O adiantado da hora* (1991); Adisia Sá inscreveu a análise do material recolhido na pesquisa ocupacional sobre *O jornalista brasileiro*, realizada por encomenda da Fenaj (1999); Cristiane Costa penetra nas entranhas da corporação jornalística brasileira,

retomando o inquérito feito por João do Rio, no início do século passado, e demonstrando que existe um contínuo fluxo bidirecional entre o jornalismo e a literatura – *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004* (2005).

O repertório pode ser ampliado, com a inclusão daqueles títulos matizados pelo caráter regional. Mas trata-se de uma lista tão grande, fugindo ao propósito deste ensaio, que adota o prisma exclusivamente regional. Mas seria uma injustiça não me referir ao monumento hemerográfico representado pela *História da Imprensa de Pernambuco* (1821-1954). Obra em 14 volumes, escrita pelo jornalista Luiz do Nascimento, seus originais foram confiados pelo autor à Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Resultante de exaustiva pesquisa documental, realizada em bibliotecas e arquivos, esta obra de referência atualiza e complementa os *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908*, incursão pioneira de Alfredo de Carvalho, o guardião da memória da nossa imprensa no início do século XX.

Midiologia historicizada

Tal ciclo de observação sobre o impacto e o avanço institucional da imprensa chega a seu ponto culminante com a publicação do livro emblemático de Marialva Barbosa – *História cultural da imprensa (1800-2000)* (2008/2010).

Não temos nenhuma dúvida em situar essa obra no mesmo patamar ocupado pela vanguarda nacional da história da mídia. Sua instigante, deliciosa, sedutora e, em certo sentido, *sherlockiana* obsessão em recolher os vestígios do tempo, perfila como narrativa de fôlego sobre o desenvolvimento e a modernização

de nossa mídia impressa. O aparente reducionismo espacial – por estar concentrada no território carioca – ganha elasticidade e densidade, durante o curso da escrita, justamente pela captação da amplitude extraterritorial do objeto pesquisado.

A imprensa carioca extrapola a natureza geopolítica que a poderia atrelar ao estigma paroquial ou provincial para tornar-se a expressão viva da universalidade brasileira. Ela assimila mestiçamente os padrões importados d'além mar. Mais do que isso: processa os modelos aculturados e difunde-os para todos os quadrantes de nossa geografia. Esse fluxo perdura até quando a Cidade Maravilhosa catalisa a hegemonia típica das capitais nacionais.

Marialva Barbosa revela nessa obra uma impressionante capacidade empática. Comporta-se metodologicamente como historiadora, periodizando a trajetória da imprensa cultivada pela Belacap, mas, ao mesmo tempo, recorre ao empirismo jornalístico para reconstruir cenários dotados de exuberante simbolismo, ou para pinçar e projetar personagens singulares que dão sentido aos jogos de cena. Nesse diapasão, constrói uma narrativa brilhante, nutrida pela factualidade subjetiva e sofisticada pela interpretação heterodoxa.

A autora conquista lugar de destaque na constelação dos historiadores midiáticos brasileiros pela ousadia de romper com os padrões da pesquisa histórica tradicional. Mesmo transgredindo os postulados epistemológicos em que se fundamentam seus predecessores, ela não os recusa como fontes irradiadoras de sabedoria utilitária. Ancorada na sutileza da reportagem em profundidade para tecer o perfil enigmático de Hipólito da Costa, ela esboça instan-

tâneos elucidativos de Wainer e Chateaubriand. Da mesma forma, ampara-se na sensibilidade literária para construir descrições apetitosas de ambientes e de conjunturas eivadas de sabor coloquial. A exemplo de Werneck Sodré, explorou a riqueza das coleções de jornais microfilmados para separar o joio do trigo, ou seja, para navegar habilidosamente entre a tempestade metafórica dos gêneros informativos e a calmaria metonímica dos gêneros opinativos, vestígios indelévels das fontes que privilegiou.

Por isso mesmo, a comunidade acadêmica confiou-lhe, em 2008, a responsabilidade de liderar a Rede Alcar, com a finalidade de fortalecer a construção de nossa história midiática.

Dentre os episódios históricos que se tornaram efemérides midiáticas naquela conjuntura está, sem dúvida, a instalação da imprensa no Brasil, por obra e graça da transferência compulsória do poder instituído em Portugal. Esse acontecimento adquire conotação legendária, ou mítica, em certo sentido, pois representa uma iniciativa poucas vezes ousada e sempre frustrada. Por isso mesmo, constantemente lembrada.

Entretanto, esse fato histórico até hoje não foi suficientemente reconstituído, analisado e compreendido. Paira sobre ele uma névoa cognitiva, desafiando os investigadores das ciências da comunicação, particularmente do jornalismo.

Dogma e controvérsia

Com ele me deparei na alvorada da carreira acadêmica, quando fiz a iniciação nos meandros da história do Brasil para tentar elucidar uma das questões controversas de nossa história da Imprensa. Os manuais adotados nessa disciplina convertiam a

questão em uma espécie de axioma incontestável. A enunciação era mais ou menos a seguinte: a proibição da imprensa em território brasileiro correspondia a uma estratégia do governo colonial no sentido de impedir que as tipografias difundissem ideias libertárias ou independentistas.

A tese hegemônica na historiografia nacional foi assim descrita por Alfredo de Carvalho, aclamado como a maior autoridade na matéria:

Em todo o transcurso do período colonial não houve no Brasil, talvez manifestação de progresso a que a metrópole deixasse de corresponder com medidas proibitivas, ou providências vexatórias, ditadas por uma política suspicaz que antevia na prosperidade da vasta possessão americana a certeza da sua independência. Uma legislação, severa até a crueldade, regulava [...] toda a vida econômica e industrial, e a introdução de quaisquer melhoramentos nela imprevisos vinham prontamente embargar [...] Assim, a obstinada oposição ao estabelecimento da imprensa determinou [...] certas falhas da nossa construção sociogênica. (CARVALHO, 1908, p. 17-18).

Convertida em dogma legitimado pela sociedade, essa interpretação política permaneceu inquestionável até meados do século XX, quando Nelson Werneck Sodré, em uma perspectiva marxista, publica sua alentada *História da imprensa no Brasil* (1966). A hipótese formulada é a de que o desenvolvimento da imprensa está atrelado ao desenvolvimento da sociedade capitalista, donde se inferia que a ausência da burguesia no Brasil explicava a implantação tardia de nossa imprensa.

Apesar de não argumentar suficientemente, Nelson Werneck Sodré ampliou a compreensão do fe-

nômeno, introduzindo variáveis conjunturais. Quando seu livro apareceu, o historiador já se encontrava no ostracismo político, vítima da perseguição do governo militar que assumiu o poder em 1964, sendo essa obra quase ignorada pela academia².

Na altura, eu me defrontava com uma opção acadêmica inadiável. Compulsoriamente inscrito no programa de doutorado da recém-fundada Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo (1967), precisava satisfazer uma exigência: definir o objeto de minha tese e apresentar o projeto de investigação correspondente.

A exaustiva revisão da literatura sobre a história da imprensa no Brasil, feita na ocasião, mostrou um panorama desolador. Tanto os textos publicados no Brasil quanto os circulantes em Portugal eram lacônicos e imprecisos sobre o episódio da repressão à nossa imprensa colonial. Tive a sensação de participar de um ensaio orquestral, no qual os músicos repetem a mesma melodia sem variação de tom. Quase todas essas obras careciam de evidências coletadas em fontes primárias.

Ungido pela aura de historiador paradigmático, que desvendara o enigma historiográfico da tipografia holandesa do século XVII, pesquisando na Holanda a documentação disponível no Arquivo das Índias Ocidentais, Alfredo de Carvalho conquistou notoriedade e reconhecimento³. Repetida com reverência,

² Esse episódio está descrito e contextualizado no capítulo 19 de meu livro *História política das ciências da comunicação* (MARQUES DE MELO, 2008, p. 175-184).

³ Para melhor compreender a situação, talvez seja útil a leitura do item "Desbravamento", constante do capítulo 3.1. do meu livro *História do pensamento comunicacional* (MARQUES DE MELO, 2007, p. 145-151).

sua tese sobre o controle das atividades de impressão no Brasil adquiria *status* de verdade nacional.

Com exceção do já referido livro de Werneck Sodré, fundamentado na economia política, encontrei apenas uma fonte que não engrossava a corrente de natureza político-legal. Trata-se do ensaio *O fenômeno jornalístico na cultura brasileira*, de autoria de Danton Jobim (1992), que alinhava um conjunto de variáveis culturais. Foi a partir dessa controvérsia que construí minha tese de doutorado, finalmente concluída em 1972 e defendida em 1973 na Universidade de São Paulo, sob o título *Fatores sócio-culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*.

Depois de examinar detidamente as fontes secundárias disponíveis, cotejando evidências empíricas e comparando argumentos exegéticos, concluí que a imprensa tardia brasileira foi produto de uma série de elementos estruturais e de circunstâncias conjunturais. Em síntese, convenci-me de que a ausência da imprensa em todo o nosso período colonial resultou, menos de uma conspiração urdida pela Corte lusitana, e explicando-se pela persistência de fatores diversos que refletem o anacronismo das instituições que constituem nossa sociedade.

Em linguagem folhetinesca, limpei a barra de Portugal, matizando o papel que, no outro lado do Atlântico, lhe tem sido atribuído como vilão responsável pela morte precoce de nossa imprensa, para demonstrar que o comportamento lusitano na época não fugiu ao padrão convencional do colonialismo europeu. Constatei dupla postura de Portugal enquanto potência colonizadora. Se, por um lado, não favorecera a instalação de prelos no Brasil, por outro lado apoiara a reintrodução da tipografia na

Ásia, endossando o uso catequético em Macau e adjacências.

Minha linha de raciocínio era a seguinte: a imprensa funcionou, nos projetos coloniais, como instrumento de dominação cultural, injetando valores e atitudes nas colônias periféricas sempre que isso era necessário. Onde os fatores socioculturais inibiam ou tornavam dispensável o uso da imprensa, esta foi postergada, minimizada, dificultada. O processo de difusão da cultura dominante foi realizado por meio de outros instrumentos, mais eficazes, como documentou fartamente o jornalista-historiador Carlos Rizzini, em sua clássica obra *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (1946).

Mais adiante, quase em um fechar de olhos, a Corte lusitana proclama indispensáveis os serviços da imprensa ao estabelecer-se no Rio de Janeiro. Assim, em 1808, os prelos foram imediatamente instalados, passando a funcionar a todo vapor. E o fato absolutamente não favoreceu nossa independência política, nem ameaçou a estabilidade do Império. Até mesmo porque a mão que liberou sua instalação foi a mesma que regulamentou a aplicação da censura prévia. Conclusão: nenhum meio de comunicação, inclusive a imprensa, tem o condão de mudar a realidade por si só, podendo acelerar as mudanças quando a sociedade tiver amadurecido para desencadeá-las e sedimentá-las.

Estávamos em plena euforia da “nova ordem mundial da informação e da comunicação” quando minha tese foi publicada sob a forma de livro. Negando o papel intrinsecamente revolucionário da imprensa, o livro não encontrou ambiente propício para ser lido e debatido. Se não passou em brancas nuvens, também não provocou desdobramentos. Frustrou-me

a cortina de silêncio que o eclipsou, sem mesmo ser contestado.

Até em Portugal, onde meus livros anteriores haviam conquistado leitores atentos, o volume intitulado *Sociologia da imprensa brasileira* (1973) despertou interesse. A conjuntura, aliás, não era favorável, estando toda a Península Ibérica imersa em clima de eferescência política, com o esgotamento dos regimes autoritários. O pavio do 25 de abril já estava aceso, prenunciando a mudança de cenário e de correntes.

Nesse sentido, não é possível deixar sem registro a tendência detectada no Brasil, em fins do século passado, quando se difundiu, no âmbito das ciências da comunicação, uma atitude de menosprezo pelos acontecimentos e pelos personagens que fizeram a história. Chegamos à situação limite de ver excluído dos currículos acadêmicos o estudo da história da imprensa.

Diante dessa recusa sutil, mas corrosiva, foi lançado um movimento nacional cuja proposta aparente era de natureza comemorativa. Apesar disso, seus participantes comprometeram-se com a restauração da memória da imprensa e o resgate de sua História. Essa frente de mobilização intelectual adotou como ícone o pioneiro dos estudos históricos sobre o jornalismo brasileiro, anteriormente citado.

Resgate da memória

A Rede Alfredo de Carvalho para o Resgate da Memória da Imprensa e para a Construção da História da Mídia no Brasil (Rede Alcar) surgiu como organização não governamental, estando hoje constituída como sociedade científica de âmbito nacional. Fundada no dia 5 de abril de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, sua finalidade inicial era a de contribuir para

a democratização do sistema midiático nacional, preparando a celebração do bicentenário da imprensa brasileira (1808-2008).

A estrutura de rede permitiu o funcionamento dinâmico, assegurando liberdade de iniciativa aos organismos que reuniu e promovendo inúmeras atividades, coordenadas, de modo pluralista, por um comitê nacional.

Integrados por pesquisadores de diferentes disciplinas das ciências da comunicação, grupos temáticos desenvolvem atividades de pesquisa durante todo o ano, apresentadas e discutidas durante os congressos realizados anualmente em diferentes partes do território nacional, bem como dos seminários promovidos ocasionalmente por iniciativa de instituições públicas ou privadas.

Neste primeiro decênio de mutirão intelectual, foi acumulado um acervo de monografias sobre a história das indústrias midiáticas no Brasil. Livros ou coletâneas vêm sendo igualmente publicados em parceria com editoras universitárias ou organismos de interesse público, beirando duas dezenas de títulos.

A Rede Alcar pretende estabelecer nexos entre a galáxia de McLuhan e a galáxia de Bill Gates. Instituição ancorada em sua época, mas antenada no porvir, ela tem se robustecido na medida em que tem sido capaz de acalentar utopias, otimizando as demandas típicas da emergente sociedade digital.

Desta maneira, conquista adesões e projeta-se no cenário contemporâneo. Está justamente aí o diferencial entre essa cruzada e a iniciativa liderada, há um século, por seu patrono.

Ao anoitecer do século XIX, o historiador Alfredo de Carvalho havia feito pesquisas essenciais para

compreender o itinerário da mídia impressa brasileira, propondo-se, na alvorada do século XX, a inventariar o panorama dos jornais e revistas publicados no País durante o primeiro século de sua vigência.

Acolhida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁴, a ideia transformou-se em projeto respaldado pelo governo nacional, gerando uma exposição jornalística aberta ao público na capital republicana e em outros estados da federação brasileira em 1908.

Como resultado desse esforço incomensurável, do qual participaram ilustres historiadores e hemerógrafos de várias províncias, foram editados dois volumes da Revista do IHGB reproduzindo os inventários elaborados pelos pesquisadores estaduais das regiões norte-nordeste, bem como o ensaio monográfico escrito magnificamente por Alfredo de Carvalho.

Infelizmente, os catálogos referentes às regiões situadas ao sul do território nacional, tendo como divisor geopolítico a Bahia, desapareceram no incêndio que naquela ocasião destruiu preciosos originais depositados nos prelos da imprensa nacional. Esse episódio sinaliza a triste maldição que se projetaria sobre a memória de nossa imprensa, penalizada pela incúria institucional e desprezada por nossas vanguardas intelectuais.

Não fosse a ação preservacionista da Biblioteca Nacional e de algumas bibliotecas estaduais/municipais ou a dedicação laboriosa de alguns colecionadores particulares, o itinerário percorrido

⁴ A comunicação desse projeto foi efetuada aos sócios do IHGB pelo secretário perpétuo na 13ª. sessão ordinária da instituição, no dia 29 de julho de 1907. FLEUISS, Max. Apresentação, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, Tomo I, Rio de Janeiro, 1908, p. V-XIII.

por nossa imprensa no século XX teria sido apagado definitivamente da memória brasileira. Todo esse acervo mapeado foi microfilmado graças à ofensiva liderada quixotescamente por Esther Bertolotti (1985), uma guerreira hoje comprometida com o resgate dos arquivos europeus sobre o período colonial brasileiro. Ela ainda acalenta o sonho de ver instalado em nosso país uma hemeroteca nacional, a exemplo do que ocorre em outros países europeus ou americanos, dando aos jornais e revistas o mesmo valor documental atribuído aos livros.

Trilhas a percorrer

O descaso em relação à memória da imprensa traduz, em certo sentido, a atitude pátria referente à própria memória nacional, principalmente no âmbito da cultura não erudita, condenando ao esquecimento as instituições, os fatos e os personagens que fizeram história da vida cotidiana. Um agravante dessa situação é o despreparo das novas gerações de profissionais midiáticos – jornalistas, publicitários, radialistas ou teledifusores – formados por nossas universidades, que possuem escasso conhecimento sobre a trajetória midiática brasileira.

Peter Burke explica que a “relação dos brasileiros com seu passado é mais tênue do que aquela construída nos países europeus e mesmo nas demais nações latino-americanas”. O historiador inglês sugere que, ao contrário dos europeus, que convertem os “museus e os monumentos” em lugares privilegiados da memória, os brasileiros extraem suas “visões do passado” principalmente do carnaval e das telenovelas, onde a visão “tende a ser crítica” (BURKE, 2008).

Essa carência histórica transforma os novos profissionais da área em reféns involuntários dos gêneros

e formatos alienígenas, reproduzindo continuamente modelos oriundos de matrizes descoladas da nossa realidade. Trata-se de fenômeno determinado pela ignorância em relação aos padrões midiáticos já testados em território nacional, muitas vezes ausentes das lições disseminadas por seus mestres, tanto na academia quanto na indústria.

Foi precisamente com a intenção de neutralizar essa lacuna cognitiva que tomou corpo o novo movimento cultural. Sua meta é desenvolver ações voluntárias e independentes, embora metodologicamente articuladas, no sentido de completar o inventário desencadeado há um século e, ao mesmo tempo, tecer a malha que dá sentido ao complexo midiático brasileiro.

Nesse projeto está implícita a ambição de motivar jovens pesquisadores a retomar as hipóteses e os roteiros esboçados, dando continuidade ao plano fundamental de construir a história midiática brasileira. Trata-se de resgatar os dois séculos já palmilhados e, ao mesmo tempo, iluminar as ações a serem empreendidas nesta conjuntura em que alimentamos a utopia de fincar a bandeira nacional no novo mapa do mundo.

A eloquência mais evidente da oportunidade dessa estratégia tem sido a publicação de novas obras que resgatam aspectos negligenciados da nossa história midiática ou problematizam seus postulados teóricos, como é o caso das coletâneas organizadas por Lucia Maria Bastos Neves, Marco Morel e Tânia Ferreira (*Histórias e imprensa, representações culturais e práticas de poder*, 2006) e por Ana Paula Goulart e Micael Herschmann (*Comunicação e História, interfaces e novas abordagens*, 2008).

Em fins de 2010, a Rede Alcar, já institucionalizada como sociedade científica associada à Federação Brasileira de Associações Acadêmicas de Comunicação (Socicom), fez um balanço do acervo de conhecimentos até então acumulado. Considera que apesar do crescimento das pesquisas, ainda faltam reflexões conceituais sobre períodos, processos e meios de comunicação. Há fragmentos que dificultam análises mais complexas e por isso a Alcar constitui núcleos de pesquisa com participação de todas regiões do país. O balanço preconiza participação com multiplicidade de olhares e chama atenção para a falta da dimensão histórica nos estudos de comunicação (BARBOSA, 2010).

A conclusão decorrente desse diagnóstico sinaliza que muitos caminhos têm que ser percorridos para a conquista da pretendida historicização da mídia como alavanca de sua legitimação pela sociedade.

O êxito alcançado pelo IX Congresso Nacional de História da Mídia, realizado em Ouro Preto (MG), com a presença de 600 participantes, constitui indicador valioso da importância que a nova geração de pesquisadores atribui ao balanço crítico passado como balizador confiável do futuro.

Em seu balanço sobre o desenvolvimento da Rede Alcar, Maria Berenice da Costa Machado (UFRGS), **atual presidenta da entidade**, salienta “a convergência de pesquisadores e profissionais da comunicação e de áreas afins, interessados em estudos avançados, de caráter interdisciplinar, cujo foco central de análise recaía sobre os processos históricos da mídia”. A seguir, destaca outros indicadores:

Os números da Alcar crescem a cada novo encontro, como se pode observar no *site* e nos anais disponíveis.

Importa destacar os números finais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, com 420 inscritos, representando 21 estados brasileiros, além de participantes da Argentina e de Angola; mais de duas centenas de trabalhos aprovados, envolvendo 85 instituições, universidades e centros de pesquisa; duas conferências internacionais; um debate sobre os 150 anos do padre-inventor Roberto Landell de Moura, tido como o pai da mídia rádio. Os nove encontros da Alcar reuniram cerca de três mil pessoas, entre pesquisadores e ouvintes, que debateram aproximadamente 2.000 papers.

Seu relato focaliza também a disseminação do conhecimento novo realizada por meio de “livros impressos e e-books [...], do Jornal Alcar e duas edições anuais da Revista Brasileira de História da Mídia” (MACHADO, 2013).

Referências

- AB'SABER, A. N. Fundamentos geográficos da história brasileira. In: Buarque de Holanda, S. (Org.). **História da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1968. v. I, p. 55-71.
- ABREU, A. A. de. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: FGV, 1976. [Laboratório de História Oral da Fundação Getúlio Vargas].
- ABREU, A. A. de. **Eles mudaram a imprensa**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. [Laboratório de História Oral da Fundação Getúlio Vargas].
- ABREU, A. A. de. **Elas ocuparam as redações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. [Laboratório de História Oral da Fundação Getúlio Vargas].
- ABREU, C. de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Briguier, 1930.
- ABREU, C. de. **Capítulos de história colonial**. 5. ed. Brasília: UNB, 1963.
- ABREU, M. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ABREU, M. (Comp.) **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

- ALMEIDA, M. **A comunicação de massa no Brasil**. Belo Horizonte: Júpiter, 1971.
- BAHIA, J. **Jornal: história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, M. **História da mídia no Brasil: percurso de uma década**. Rio de Janeiro: Rede Alcar, 2010.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa (1800-2000)**. Rio: Mauad. 2008/ 2010. 2 v.
- BASBAUM, L. **História e consciência social**. São Paulo: Fulgor, 1967.
- BERNARDET, J. C. **Historiografia clássica do cinema brasileiro**. São Paulo: Annablume, 1995.
- BERTOLETTI, E. **Nota prévia: periódicos brasileiros em microforma, catálogo coletivo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1985.
- BRANDÃO, C. **O grande Teatro Tupi do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. (Org.). **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. (Org.). **História da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1968. v. 1.
- BURKE, P. **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURKE, P. Quase memória. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 set. 2008. Caderno Mais.
- CAMARGO, J. F. **A cidade e o campo**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1968.
- CAMPOS, J. M. **A tragédia da propaganda no Brasil**. Rio de Janeiro: Collector's, 1983.
- CÂNDIDO, A. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1965.
- CAPELATO, M. H. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARVALHO, A. **Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1966.
- CARVALHO, A. Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Edição comemorativa, Rio de Janeiro, p. 17-18, 1908. tomo I.

CASTELO BRANCO, R. et al. (Orgs.). **História da propaganda no Brasil**. São Paulo: TAQ, 1990.

CIRNE, M. **História e crítica dos quadrinhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Europa, 1990.

COSTA, C. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil. 1904-2004**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

COSTA, H.; SILVA, R. R. da. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COSTELLA, A. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.

COSTELLA, A. **Comunicação: do grito ao satélite**. São Paulo: Mantiqueira, 1978.

CURRAN, M. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Edusp, 2001.

DIEGUES JUNIOR, M. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

DIEGUES JUNIOR, M. **Ocupação humana e definição territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FEDERICO, M. E. **História da comunicação: rádio e TV no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERREIRA, M. N. **A imprensa operária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: UFPE, 1963.

FREYRE, G. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: IJNPS, 1964.

GALVÃO, M. R. **Crônica do cinema paulistano**. São Paulo: Ática, 1975.

GOMES, P. E. S. **Humberto Mauro, Cataguazes e Cinearte**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONÇALO JUNIOR. **A guerra dos gibis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

GOULART, A. P.; HERSCHMANN, M. **Comunicação e história, interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.

HENRY, H.; MELLO, N. A. de. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

- HERZ, D. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- INNIS, H. **Empire & communications**. 2. ed. Toronto: University of Toronto, 1972.
- IPANEMA M. de; IPANEMA, C. de. **História da comunicação**. Brasília: UNB, 1967.
- JOBIM, D. **Espírito do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992. [Primeira edição publicada em 1958].
- KOSSOY, B. **Hércules Florence – 1883: a descoberta isolada da fotografia no Brasil**. São Paulo: Anhembi, 1976.
- KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Scritta, 1991.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- LINS DA SILVA, C. E. **O adiantado da hora**. São Paulo: Summus, 1991.
- LOBO, N. **Ficção e política: o Brasil nas minisséries**. Manaus: Valer, 2000.
- LOPES, S.-C. **Comunicação, radiodifusão, hoje**. Rio de Janeiro: Temário, 1970.
- LUCA, T. R. de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, C. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.
- LUSTOSA, I. **Insultos impressos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MACHADO, M. B. DA C. **Sobre a Alcar**. 2013. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufop.br/historiadamidia/?page_id=172>. Acesso em: 25/10/2013
- MARANHÃO FILHO, L. **No tempo do reclame**. Recife: UFPE, 2002.
- MARQUES DE MELO, J. **Comunicação social: teoria e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- MARQUES DE MELO, J. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.
- MARQUES DE MELO, J. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973. [Reeditada com o título *História social da imprensa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003].

- MARQUES DE MELO, J. **Imprensa brasileira**: personagens que fizeram história. São Paulo: Metodista, 2003-2008.
- MARQUES DE MELO, J. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARQUES DE MELO, J. **História política das ciências da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- MARTINS, W. **A palavra escrita**. São Paulo: Anhembi, 1957.
- MATTOS, S. **História da televisão brasileira**. Salvador: Inimá, 2000.
- MATTOS, S. **História da televisão brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MEYER, M. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- MOREIRA, S. V. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2000.
- MOREIRA LEITE, D. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1969.
- MOTTER, M. L. **Ficção e história**. São Paulo: Vilipress, 2001.
- MOURA, C. **História das relações públicas**. Porto Alegre: Edipurs, 2008. [e-book].
- NASCIMENTO, L. do. **História da imprensa de Pernambuco - 1821-1954**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1964.
- NEVES, L. M. B.; MOREL, M.; FERREIRA, T. **Histórias e imprensa**, representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NOYA PINTO, V. História, juventude e comunicações. **Revista da Escola de Comunicações Culturais**, São Paulo, n. 1, p. 173-182, 1967.
- NOYA PINTO, V. **História da comunicação no Brasil I e II**. São Paulo: ECA-USP, 1970. Editoria de Textos. [Apostila do Curso de Estudo de Problemas Brasileiros].
- NOYA PINTO, V. **Comunicação e cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1986.
- NOYA PINTO, V. História e imagem, metamorfoses. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 10, p. 15-23, 1997.
- PENTEADO, J. R. W. **A propaganda antiga**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PFROMM NETO, S. **Telas que ensinam**. Campinas: Alínea, 1998.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RABELO, G. **Os tempos heróicos da propaganda**. Rio de Janeiro: PN, 1956.

RABELO, G. **O capital estrangeiro na imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RAMOS, R. **História da propaganda no Brasil**. São Paulo: ECA-USP, 1972.

RIZZINI, C. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946. [2. ed. São Paulo: Imesp, 1988].

RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1969a.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1969b.

SÁ, A. **O jornalista brasileiro**. Fortaleza: Fenaj, 1999.

SAMPAIO, M. F. **História do rádio e da televisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SARTORI, L. C. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SCHAFF, A. **Introdução à semântica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SEGISMUNDO, F. **Imprensa brasileira: vultos e problemas**. Rio de Janeiro: Alba, 1962.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, N. W. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

TEOBALDO, C. **Panorama histórico das relações públicas**. São Paulo: ECA-USP, 1972.

TINHORÃO, J. R. **Música popular: do gramofone ao rádio e televisão**. São Paulo: Ática, 1981.

TRAVASSOS, M. **Introdução à geografia das comunicações brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

VIANNY, A. **Uma introdução ao cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC, 1959.